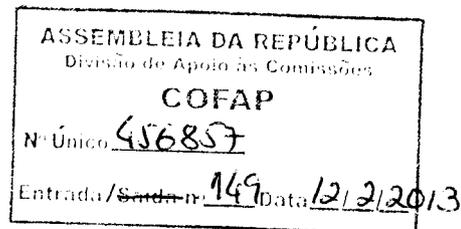




Av. Almirante Gago Coutinho, 100
1749-124 LISBOA
GPS: N 38° 45' 13.65" - O 9° 07' 48.95"
Tel.: 213 929 030 - Fax: 213 978 504
E-mail: lisboa@anecra.pt



Registada c/ AR

Exmo. Senhor
Dr. Eduardo Cabrita
Digmo. Presidente da Comissão Parlamentar de
Orçamento, Finanças e Administração Pública
Assembleia da República
Palácio de São Bento
1249-068 LISBOA

S/referência

S/comunicação de

N/referência

Data
08.FEV 2013

1851

ASSUNTO

Exmo. Senhor Presidente, *Senhor Dr. Eduardo Cabrita,*

Como será seguramente do conhecimento de V. Exa., o Sector Automóvel, quer no Comércio de Veículos Novos e Usados, quer na Reparação e Manutenção, vive sérias dificuldades e defronta-se com um cenário de profunda crise económica que está a conduzir à falência, grande parte do seu tecido empresarial, com efeitos gravíssimos ao nível do desemprego, o que resulta da actual conjuntura económica nacional e internacional, agravado com o aumento da carga fiscal incidente sobre o Automóvel, com a redução do poder de compra das famílias e ainda, com as restrições ao Crédito.

Consciente das suas responsabilidades e no contexto da sua missão Estatutária, a ANECRA realizou um profundo estudo do Sector, capaz de permitir um diagnóstico adequado sobre o contexto de forte recessão em que se encontra. Este diagnóstico, permitiu a definição do "Manifesto da ANECRA em Defesa do Sector Automóvel", que consubstancia um conjunto de medidas que pretendemos submeter à apreciação dos Órgãos de Soberania, do Poder Político e Partidário com assento na Assembleia da República e das Entidades de Tutelas Sectorial e que consideramos objectivamente susceptíveis de ajudar a ultrapassar os principais constrangimentos que conduziram ao actual estado do Sector, de que, desde já, tomamos a liberdade de levar ao conhecimento de V. Exa. Senhor Presidente.

Este Manifesto, foi publicamente apresentado pela Direcção da ANECRA na 23ª Convenção Anual da Associação, que teve lugar em finais de Novembro de 2012, tendo sido profundamente debatido, aprovado e subscrito por um elevado número de empresários e profissionais do Sector.

Assim, com o sentido de Estado que nos caracteriza, em consonância com o Estatuto de Pessoa Colectiva de Utilidade Pública da ANECRA e com a representatividade que legitimamente nos assiste, encarrega-me o Presidente da Direcção da ANECRA Sr. António Chicharo, de solicitar a V. Exa. Senhor Presidente da Comissão Parlamentar de Orçamento, Finanças e Administração Pública, se digne conceder-nos uma reunião, no mais curto prazo que seja possível, para apresentarmos formalmente este importante "Manifesto da ANECRA em defesa do Sector Automóvel", perspectivando a implementação de soluções específicas e exequíveis por nós entendidas como plenamente adequadas para ajudar a resolver as graves dificuldades, que afectam o Sector Automóvel em Portugal.

Ficando na expectativa da melhor atenção que V. Exa. Senhor Presidente dedique ao exposto, somos a expressar o nosso profundo reconhecimento, aproveitando a oportunidade para, com elevada consideração apresentar os nossos respeitosos cumprimentos.

Pe'l'O Presidente da Direcção da ANECRA

Jorge Neves da Silva
Secretário Geral

Porto Av. da Boavista, 2450 - 4100-118 PORTO - GPS: N 41° 09' 43.16 " - O 8° 39' 8.30"
Tel.: 226 189 843 - Fax: 226 189 864 - E-mail: porto@anecra.pt
Leiria Av.º. Marquês de Pombal, Lote 25-1º, Letra C 2410-152 LEIRIA - GPS: N 39° 44' 23.94 " - O 8° 48' 19.82"
Tel.: 244 814 686 - Fax: 244 814 719 - E-mail: leiria@anecra.pt

- Pessoa Colectiva de Utilidade Pública



FRONTALMENTE, BASTA!

23 e 24
Novembro 2012
Centro de Congressos de Lisboa
(Luncheon - Antiga FIU)

23^a
Convenção
ANECRA

Patrocinadores:



Apoios:



Apoios Institucionais:



Media Partner:



MANIFESTO DA ANECRA EM DEFESA DO SETOR AUTOMÓVEL

FRONTALMENTE, BASTA!

Aos Órgãos de Soberania

O Setor Automóvel, vive dificuldades e defronta-se com um cenário de profunda crise económica que está a conduzir à falência, grande parte do seu tecido empresarial, com efeitos gravíssimos ao nível do desemprego, que resulta da atual conjuntura económica nacional e internacional, agravado com o aumento da carga fiscal incidente sobre o Automóvel, com a redução do poder de compra das famílias e, ainda, com as restrições ao crédito.

Para além dos desafios que atualmente se colocam às empresas do Setor, decorrentes dos desequilíbrios macroeconómicos acumulados ao longo das últimas décadas, acrescem inexequíveis e desadequadas exigências legais, numa absoluta perseguição aos profissionais cumpridores e na inércia da ação de fiscalização da concorrência desleal, acompanhada de injustificadas medidas e incongruentes decisões tomadas pelos diversos Governos.

Compete aos Governantes, implementarem as medidas e executarem as estratégias de política nacional, aprovarem legislação e criarem as condições necessárias ao crescimento das empresas que, apesar das dificuldades, lutam para produzir bens e serviços, procuram não só manter, como também, criar postos de trabalho e que se esforçam, por inverter o estado recessivo da nossa Economia.

A ação política não é exclusiva dos políticos, competindo estatutariamente à ANECRA, defender os interesses das empresas deste Setor de atividade, perante a Administração Central, por forma a garantir-lhes a sua adequada proteção, num espírito de solidariedade e de apoio recíproco.

É tempo de mudança e de protesto no setor automóvel.

Nesta medida, queremos apelar à reflexão urgente sobre a dura realidade vivida pelas empresas que representamos e pelo Setor em geral, com absoluto sentido de Estado e com a legitimidade que o Estatuto de Pessoa Coletiva de Utilidade Pública nos permite, propondo a adoção de políticas

que contrariem o cenário de destruição das empresas que se inserem no nosso universo.

Convocamos o Poder Instituído, para tornar exequíveis as medidas que defendemos, decorrentes do debate e conclusões retiradas da 23ª Convenção Anual da ANECRA, as quais, contribuirão para inverter a crise no Setor Automóvel.

Dos Decisores Políticos, exigimos a criação de condições para que os empresários do Setor Automóvel possam contrariar o cenário de profunda crise em que se encontram, criar riqueza, gerar emprego e contribuir para o crescimento da Economia.

Assim:

1. Exigimos das entidades bancárias, uma postura adequada no cumprimento da sua função de concessão de crédito às empresas e aos empresários deste país e, em particular do setor automóvel, assumindo o risco inerente ao exercício da sua atividade.
2. Defendemos a urgente reposição do incentivo ao abate de veículos em fim de vida, tendente à dinamização do mercado automóvel, ao rejuvenescimento do parque, à salvaguarda do ambiente e à promoção da segurança rodoviária.
3. É imperativo acabar com os vendedores ilegais de veículos usados nas ruas das zonas urbanas (“Stands Trata”), por gerarem uma gravosa concorrência desleal, que atinge todos os comerciantes que cumprem meticolosamente as suas obrigações.
4. Defendemos a suspensão do pagamento do IUC em relação aos veículos usados ligeiros e pesados que não circulam na via pública por se encontrarem nos parques/stands dos revendedores profissionais.
5. Propomos o lançamento de apoios comunitários e/ou nacionais, ajustados à especificidade do sector automóvel, de políticas ativas de

emprego e formação profissional, especialmente no que concerne à área da reparação e manutenção automóvel.

6. Defendemos a criação de legislação que permita a simplificação e agilização dos processos e circuitos relativos ao registo de propriedade automóvel e que, ao mesmo tempo, permita o saneamento e uma atualização sistemática das bases de dados do registo automóvel, de modo a evitar as continuadas polémicas inerentes à cobrança do IUC.
7. Propomos a implementação de apoios que permitam não só, assegurar a sobrevivência das empresas do Setor Automóvel, como também, potenciar o seu crescimento sustentado.
8. Contestamos o continuado crescimento exponencial de uma economia paralela que estimula a concorrência desleal e a evasão fiscal no Comércio e na Reparação Automóvel, que agrava a já difícil situação das empresas que cumprem as exigências legais, aplicáveis ao Setor.
9. Consideramos necessário e urgente, assegurar o reforço e melhorar a eficácia da ação inspetiva e fiscalizadora, das entidades competentes, nomeadamente da ASAE, ACT, Autoridade Tributária e Aduaneira, e IGAMAOT, SEPNA no combate à economia paralela levada a cabo pelos operadores clandestinos, na área da Manutenção e Reparação Automóvel, salvaguardando contudo, que seja assegurada a sua promoção a empresas regulares, impondo-lhes a adoção das regras que são exigidas às demais empresas que exercem a sua atividade dentro da legalidade.
10. Sugerimos a criação de legislação que permita a aplicação por parte de todos os operadores ao longo da cadeia comercial, de metas de recolha de resíduos referentes a alguns produtos comercializados. Ou seja, perante a quantidade de produto novo vendido, aplicar a

obrigatoriedade da recolha de uma percentagem mínima em resíduos, e garantir que esta legislação se torna eficaz.

11. Propomos a redução do valor das coimas na área ambiental, por as considerarmos desadequadas para o sector e para a tipologia das suas empresas, com dimensão Micro ou PME`S.
12. Defendemos a criação de uma contribuição financeira, a cobrar pelas empresas da Manutenção e Reparação Automóvel ao cliente final, para compensar os encargos da gestão ambiental por si suportados no âmbito da separação, armazenamento e encaminhamento de resíduos, não sujeitos a Eco valor.
13. Advogamos a implementação de regras de regulação, validação e capacidade profissional e o reforço da ação inspetiva e fiscalizadora dirigida aqueles que estão a provocar a destruição do Setor.
14. Queremos promover a adopção de Boas Práticas, no relacionamento entre os agentes económicos que se relacionam com o Setor Automóvel e o Consumidor.

Lisboa, 24 de Novembro de 2012